

**MESTRADO**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO**  
**INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
Dissertação

COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS ESTADOS FRÁGEIS:  
ANÁLISE DO CASO DA GUINÉ-BISSAU

DJANINI DELGADO GOMES

NOVEMBRO - 2020

**MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

Dissertação

COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS ESTADOS FRÁGEIS:  
ANÁLISE DO CASO DA GUINÉ-BISSAU

DJANINI DELGADO GOMES

**ORIENTAÇÃO:**

PROFESSOR DOUTOR CARLOS EDUARDO MACHADO  
SANGREMAN PROENÇA

NOVEMBRO – 2020

## Lista de abreviaturas

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental

BM – Banco Mundial

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FCFA (XOF) – Franco das Comunidades Financeiras Africanas

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice do Desenvolvimento Humano

IPC – Índice de Preço do Consumidor

ITC - *International Trade Centre*

MADEM (G15) - Movimento de Alternância Democrática

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OEC – *Observatory of Economic Complexity*

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

PIB – Produto Interno Bruto

PRS - Partido da Renovação Social

UEMOA - União Económica e Monetária do Oeste Africano

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

ZEE – Zona Económica Exclusiva

## Resumo

Esta dissertação visa analisar o comércio internacional num Estado frágil, mais especificamente da Guiné-Bissau. Perante isto, identificou-se a instabilidade política como um dos principais factores que contribuem para a estagnação não só do comércio como do crescimento e diversificação económica. O país é fortemente dependente do sector primário, precisamente da produção de um único *commodity*, castanha de caju, daí a relevância deste sector. Para estudar a relação entre o comércio internacional e o crescimento económico da Guiné-Bissau foram obtidos dados oficiais do Banco Mundial, do FMI, da ITC e de outras organizações internacionais para o período de 2010 a 2019. A análise dos dados mostrou que a Guiné-Bissau sofreu um défice comercial, embora, nos últimos quatro anos, se tenha verificado o aparecimento de alguns excedentes. No entanto, o facto é que o país continua a importar mais produtos alimentares, muitos dos quais poderiam facilmente ser produzido internamente, como o arroz. O governo deve, portanto, investir na especialização da agricultura e diversificar a sua base de produção e de exportação. Isto pode ser feito com a ajuda das indústrias transformadoras que vão além do fabrico de produtos primários. Isto permitirá ao país beneficiar de ganhos substanciais do comércio internacional, substituições de importações, permitindo assim ter um crescimento económico sustentável.

**Palavras-chave:** Estados frágeis; Instabilidade Política; Guiné-Bissau; Comércio internacional

## **Abstract**

This dissertation seeks to analyze international trade in fragile state, specifically Guinea Bissau. Given this, political instability has been identified as one of the main factors that contributing to the stagnation not only of trade, but also of economic growth and diversification. The country is heavily dependent on the primary sector and virtually on the production of a single product which is cashew nuts, hence the relevance of this sector. In order to study the nexus between trade and economic growth of Guinea-Bissau, official data from the World Bank, the IMF, ITC and other international organizations were obtained for the period covering 2010 to 2019. The analysis of the data showed that Guinea-Bissau had experienced a trade deficit, although, the last four years have seen the emergence of some surpluses. However, the fact remains that the country still imports more food products, many of which could easily be produced internally, such as rice.

The government must therefore invest in the specialization of agriculture and diversify its production activities and export base. This can be done with the assistance of the processing industries that goes beyond the manufacturing of primary products. This will allow the country to benefit from substantial gains in international trade, import substitutions, thereby enabling the country to have some sustained economic growth.

**Keywords:** Fragiles States; Political Instability; Guinea Bissau; Internacional Trade,

## Índice

<b>1.</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2.</b>	<b>Revisão da Literatura .....</b>	<b>3</b>
<b>2.1.</b>	<b>A fragilidade do Estado .....</b>	<b>3</b>
<b>2.2.</b>	<b>Comércio Internacional .....</b>	<b>6</b>
<b>3.</b>	<b>A Fragilidade Política da Guiné-Bissau e os seus impactos no desenvolvimento socioeconómico .....</b>	<b>8</b>
<b>3.1.</b>	<b>Caracterização da Instabilidade Política da Guiné-Bissau .....</b>	<b>9</b>
<b>3.2.</b>	<b>Impactos da instabilidade política no desenvolvimento económico.....</b>	<b>13</b>
<b>4.</b>	<b>Comércio Internacional nos Estados Frágeis: análise do caso da Guiné-Bissau.....</b>	<b>16</b>
<b>4.1.</b>	<b>O comércio entre a Guiné-Bissau e o seu bloco económico .....</b>	<b>19</b>
<b>4.2.</b>	<b>Os principais desafios do comércio internacional na Guiné-Bissau .....</b>	<b>22</b>
<b>5.</b>	<b>Conclusão .....</b>	<b>24</b>
	<b>Bibliografia .....</b>	<b>27</b>

## **Índice de gráficos**

Gráfico 1: Evolução dos Fluxos Financeiros (milhões de dólares).....	15
--	----

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1: Alguns indicadores macroeconómicos da Guiné-Bissau entre 2010-2019 ....	13
Tabela 2: Sectores de actividade em % do PIB .....	14
Tabela 3: Evolução das transacções entre 2010-2019 (milhões de dólares) .....	16
Tabela 4: Os principais produtos exportados entre 2010-2019 (%) .....	17
Tabela 5: Destino das exportações (milhões dólares) .....	17
Tabela 6: Principais produtos importados entre 2010-2019 (%).....	18
Tabela 7: Principais mercados de importação (milhões dólares) .....	18
Tabela 8: Exportações para a UEMOA entre 2010-2019 (milhões dólares).....	20
Tabela 9: Importações proveniente UEMOA entre 2010-2019 (milhões dólares).....	21

## **Agradecimentos**

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a esse ponto sem o apoio precioso de várias pessoas.

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Sangreman, pela imensa paciência, empenho e pela disponibilidade que teve sempre comigo na elaboração da tese.

Meus agradecimentos também vão para os meus colegas e amigos que tive a honra de conhecer durante o meu percurso académico, entre estes, Adélcia Fonseca, Milton Varela, Rodrigo Pinto e Tchernó Amadú Baldé.

Por último, agradeço ao meu pai e a minha mãe pelo apoio incondicional, ao longo do meu percurso, e a minha gratidão se estende à toda a família, de sangue ou de acolhimento. Agradeço a todos que embora não citei, mas que de uma forma directa ou indirectamente contribuíram para a elaboração desta dissertação.

A todos um obrigado não bastaria.



## 1. Introdução

A fragilidade de Estado proveniente de conflitos internos como os golpes de Estado, os conflitos militares e políticos são entraves consequentes ao não desenvolvimento da Guiné-Bissau. Um país frágil que apresenta um problema estrutural na sua composição, nomeadamente instituições governamentais fracas, que não possuem capacidade de resposta face a competitividade que são impostas pelo comércio internacional.

De acordo com as teorias de comércio internacional, o comércio deveria contribuir para melhorar a economia e promover uma melhoria na vida da população dos países envolvidos, através das vantagens competitiva. O processo da liberalização comercial é uma forma de fazer face aos desafios da globalização, implementando políticas comerciais com o intuito de alavancar a base produtiva e erguer a balança comercial dos países em questão. No entanto, esse processo não teve efeito na Guiné-Bissau, uma vez que as políticas adoptadas são complexas, com falta de infra-estruturas eficientes e tecnologias modernas sofisticadas que sejam capazes de colmatar os obstáculos existentes na sociedade produtiva.

Porém, a Guiné-Bissau por pertencer ao bloco económico e monetário da UEMOA apresenta vantagens no que concerne ao livre comércio, apesar de apresentar uma grande desigualdade económica em comparação aos demais membros. Todavia, o país não goza desses benefícios por apresentar vários problemas na sua estrutura económica, pois a falta da diversificação dos seus produtos tem contribuído para o fracasso das suas exportações. Assim, verifica-se que este país é dependente da produção e da exportação da castanha de caju, mas o seu mercado é limitado, apresentando uma das economias mais deficitárias a nível mundial.

Esta dissertação pretende analisar a evolução do comércio internacional na Guiné-Bissau e perceber de que forma é afectada pela instabilidade política. De igual modo, apresenta-se algumas sugestões para diminuir os choques externos e alavancar a balança comercial do país.

Para a elaboração desse trabalho foi crucial a análise dos dados bibliográficos, levando em consideração os objectivos da dissertação. Para a análise estatística foi

utilizado os dados oficiais dos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, ITC e OEC).

A dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos. O capítulo I faz uma breve introdução sobre o tema a ser discutido, como o seu objectivo e a metodologia a serem utilizadas. O capítulo II aborda as questões teóricas bibliográficas, enquadrando a problemática sobre os Estados frágeis e a importância da contribuição dos autores clássicos e neoclássicos para o desenvolvimento do Comércio Internacional. No capítulo III faz-se uma breve contextualização da Guiné-Bissau e uma análise a cerca da situação sociopolítica entre 2010 e 2019. Paralelamente, foram analisados alguns indicadores macroeconómicos para perceber o efeito da instabilidade política na economia do país.

O capítulo IV analisa os dados estatísticos da balança comercial, os principais produtos transaccionados pelo país, bem como os seus parceiros comerciais. Igualmente, analisa-se os principais desafios que o país tem se deparado e a sua contribuição no seio da UEMOA. Finalmente, no capítulo V apresenta-se algumas sugestões que podem ser implementadas para que possa haver um crescimento sustentável através do comércio internacional, no curto e no longo prazo.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1. A fragilidade do Estado

Em meados da década 1990, a situação de fragilidade de alguns países tornou-se o centro das discussões da agenda do desenvolvimento internacional e da segurança, marcada por uma nova ordem mundial, direccionada essencialmente para os direitos humanos e, conseqüentemente, para as acções humanitárias que seriam implementadas para garantir os direitos essenciais nesses Estados ditos frágeis.

A definição do conceito de Estados frágeis não é consensual para os diferentes actores internacionais e académicos. Eles definem a fragilidade do Estado de maneiras diferentes, e, embora as suas características sejam, normalmente, usadas em contextos bastante distintas, pode-se aplicar este aos países que apresentam o IDH baixos, com estruturas estatais fracas (como por exemplo, a Guiné-Bissau), países que se encontram numa situação de conflito (República Democrática do Congo) ou pós-conflito (Libéria), porque não são capazes de proporcionar os bens essenciais à subsistência da sua população (Hoeffler, 2019).

De acordo com a definição da OCDE (2013), um Estado frágil apresenta uma fraca capacidade de levar a cabo funções básicas de governação e não detém potencial para desenvolver relações mutuamente construtivas com a sociedade. Nestes Estados há uma maior propensão a choques internos e externos, tais como crises económicas ou dificuldades de resposta perante uma situação de calamidades naturais.

O *Chronic Poverty Research Centre* (CPRC, 2010) define Estados frágeis como aqueles que nada fazem para reduzir os riscos individuais para os seus cidadãos, ou, mesmo aqueles que os aumentam, através de comportamentos predatórios. O CPRC (2010) considera que a comunidade internacional aplica esse termo ambíguo para classificar os países que têm uma má relação com outros Estados, que transmitem insegurança ou suscitam o conflito, ou qualquer outro tipo de dificuldade para fornecer bens ou serviços públicos para os seus cidadãos.

Para Hoeffler (2019), a fragilidade não é sinónimo de conflito armado, visto que mais de um quarto dos países classificados não experienciou uma situação de conflito armado nos últimos 10 anos, como é o caso da Guiné-Bissau. Desse modo, algumas agências como o Departamento do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

(2005), não restringe a definição de fragilidade apenas aos países em conflito ou pós-conflito imediato, mas também aos países que não se encontram em conflito e falham em fornecer ou garantir os direitos e os bens públicos. Para Naudé (2011), as principais razões de fragilidade de um Estado são os conflitos, o baixo nível de desenvolvimento, a vulnerabilidade e a ausência de um Estado desenvolvimentista.

Assim, o Banco Mundial apresenta, todos os anos, uma lista na qual aparecem identificados os países considerados como Estados frágeis, designados como *low-income countries under stress (LICUS)*. Estes são caracterizados pela fraca capacidade de governação, tendo como ponto de partida a sua legitimidade política, o seu nível de pobreza, as violações dos direitos humanos, a qualidade dos serviços públicos e os níveis de segurança. O *The Fund for Peace*, em parceria com a *Foreign Policy*, divulga anualmente o *The Failed States Index*,<sup>1</sup> baseado em doze indicadores agrupados em quatro categorias (coesão, social, económico e político-militar) que servem de base para a comparação e a classificação dos países frágeis com os outros países em desenvolvimento, de acordo com as suas necessidades específicas. Segundo o ranking 2020, os países pertencentes aos Estados frágeis localizam-se, maioritariamente, na África, América Latina e Ásia Central.

Segundo Collier (2007), os Estados fragilizados falham porque se encontram presos nas quatro “Armadilhas do Desenvolvimento”, nomeadamente: 1) os conflitos: muitos países dos Estados frágeis já passaram por algum tipo de conflito armado ou tiveram uma guerra civil; 2) os recursos naturais: a abundância destes, em vez de promover o desenvolvimento e contribuir para o bem-estar das populações, fomenta a situação de pobreza e a disparidade económica sustentada pela corrupção. 3) a interioridade no continente aliada aos maus vizinhos (pobres) ou países geograficamente localizados: muitos países que pertencem aos Estados Frágeis não têm ligação ao mar, logo são obrigados a estabelecer trocas comerciais com os países transfronteiriços e, se esses forem pobres, dificilmente se alcançará algum crescimento económico. E, por fim, 4) a má governação pode impactar negativamente a economia de um país.

No relatório *Meeting the Challenges of Crisis States*, Putzel & Di John (2012) questionam a problemática relacionada com a definição de fragilidade do Estado, visto

---

<sup>1</sup> <https://fragilestatesindex.org/wp-content/uploads/2020/05/fsi2020-report.pdf>

que alguns países que enfrentam crises económicas e políticas são particularmente mais propensos à violência e à guerra e outros países que alcançaram longos períodos de paz, apesar da permanência da pobreza e do baixo crescimento económico. O autor afirma que a fragilidade do Estado não é o desenvolvimento, mas sim a resiliência do Estado, que pode ser um passo significativo para um desenvolvimento mais dinâmico, ou para se ultrapassar a estagnação económica. Apesar de alguns países terem alcançado uma resiliência significativa, muitos ainda têm grandes dificuldades em atingir o desenvolvimento. Para que a resiliência seja alcançada, independentemente dos baixos níveis de desenvolvimento, será necessário um período de consolidação do Estado, ou seja, a evolução de uma identidade nacional partilhada, a aceitação das fronteiras territoriais e o reconhecimento do direito nacional, o que contribuirá para uma forte resistência às dimensões conflituosas do desenvolvimento.

De acordo com o *Crisis States Research Center*, Putzel e Di John (2012) afirmam que há fragilidade do Estado essencialmente em quatro dimensões: (i) insegurança - incapacidade do Estado de exercer o monopólio sobre o uso legítimo da força na protecção da sua população contra a violência em larga escala; (ii) fraco controlo e integração fiscal - fraca capacidade de desenvolver uma cidadania fiscal, de aplicar ou cobrar os impostos legalmente estabelecidos; (iii) falta de hegemonia institucional - incapacidade de garantir que o poder das instituições públicas prevaleça sobre o dos sistemas não-estatais e (iv) ausência de domínio sobre o território - o Estado falha no controlo e manutenção territorial (Putzel & Di John, 2012). Tendo em conta aos quatro itens, pode-se constatar que embora seja necessária uma governação formal, a capacidade de governação não é, por si só, suficiente para determinar a fragilidade de um país, porém na ausência de Estado funcional, estas podem ser substituídas pelas instituições informais que possam proporcionar a resiliência.

A OCDE procedeu a uma mudança na conceptualização da fragilidade, não concentrando apenas na fraca governação, mas sim na violência e na manutenção dos Estados Frágeis. Abel et al (2016), refere que a OCDE define a fragilidade como uma combinação de exposição ao risco com a insuficiente capacidade de actuação do Estado para gerir, absorver ou mitigar esses riscos. Essa vulnerabilidade pode levar a resultados negativos, tais como, a violência, a desagregação de instituições, crises humanitárias ou outras emergências.

Em suma, a comunidade internacional e as agências para o desenvolvimento, mais precisamente a OCDE, partem de uma definição bastante abrangente e não distinguem as condições específicas de fragilidade e as condições gerais do desenvolvimento, ou seja, incluem praticamente todos os países em desenvolvimento. Desviam-se dos factores característicos de cada Estado, que podem ser particularmente vulneráveis à violência<sup>2</sup> e assentam-se mais na lógica liberal do *one size fits all*, muito centralizada no modelo ocidental de soberania estatal moderna reconhecida formalmente. Independentemente das distintas definições de Estado frágil, concluiu-se que a fragilidade prejudica o crescimento e o desenvolvimento de qualquer país.

## 2.2. Comércio Internacional

Segundo Maluf (2000), o comércio internacional é definido como a troca de bens e serviços entre os países, que pode resultar na especialização dos diferentes factores de produção (laborais, tecnológicos, capital) bem como das vantagens comparativas dos países. Lopes (2000), afirma que existem dois principais interesses na participação do comércio internacional, o político e o comercial. Os principais organismos internacionais que implementam e zelam pelas regras e normas do comércio são a Organização Mundial do Comércio e da Câmara de Comércio Internacional.

As teorias do comércio internacional surgem devido a necessidade de compreender a evolução do comércio e do crescimento económico que as trocas internacionais proporcionam. O que nos remontam aos autores clássicos, Adam Smith e David Ricardo, as contribuições dos neoclássicos e o desenvolvimento do modelo Heckscher-Ohlin.

A teoria clássica da vantagem absoluta foi fundamentada por Adam Smith que considera que o comércio internacional traz ganhos positivos para os intervenientes na troca e isso permite-os usufruírem de rendimentos e bem-estar quando se especializam na produção e na exportação dos bens onde possuem a vantagem absoluta, em relação aos custos ou produtividade, (Oliveira, 2007). De igual modo, proceder-se-á a importação dos produtos em quem os países produtos têm uma maior eficiência. Segundo Maia (2001),

---

<sup>2</sup> Mundo Crítico n° 1 (2018); disponível em: [https://f0a93530-6515-4b25-b422-06869b7fcec4.filesusr.com/ugd/ff23a7\\_85545e16728440a4b66560c34ce430ba.pdf](https://f0a93530-6515-4b25-b422-06869b7fcec4.filesusr.com/ugd/ff23a7_85545e16728440a4b66560c34ce430ba.pdf)

Adam Smith partiu do princípio de que cada país teria sempre vantagem absoluta em algum produto, o que apresentaria uma vantagem da abertura do comércio internacional,

Porém, David Ricardo contesta a tese de Adam Smith e declara que o país que não possui uma vantagem absoluta pode participar nas trocas comerciais, ao se especializar na produção e na exportação dos bens que produz, de forma relativamente eficiente, segundo a teoria das vantagens comparativas ou relativas, (Oliveira, 2007). Desse modo, os países devem produzir os bens em que têm uma maior produtividade e importar os bens de em que não são. Ambas as teorias partem do pressuposto de que um país pode participar nas trocas internacionais ao se especializarem em função dos recursos naturais que possuem.

No que diz respeito a abordagem neoclássica desenvolvida por Heckscher (1919) e aperfeiçoada posteriormente por Ohlin (1933), o comércio internacional introduz os custos de oportunidades e dos dois factores produtivos (capital e trabalho) e estabelece que um país que possui uma vantagem comparativa deve especializar-se na produção dos bens que usa de forma intensiva, apostar na exportação dos bens mais abundantes e importando aqueles produtos em que sejam dependentes de factores escassos ou raros (Sarquis, 2011).

Segundo Oliveira (2007), citando Krugman e Obstfeld, o modelo Heckscher e Ohlin (HO) difere da teoria do David Ricardo, por distinguir o comércio internacional do comércio inter-regional e na determinação dos factores que viabilizam a existência de vantagens comparativas. Não se limita apenas a explicar a troca internacional pela lei dos custos comparativos, mas sim seria necessário explicar os custos comparativos existentes. O modelo de HO apresenta mais três teoremas: equalização dos preços dos factores, de Stolper-Samuelson e de Rybczynski.

No que concerne aos novos modelos teóricos do comércio internacional, novas abordagens foram desenvolvidas com o intuito de dar maior ênfase a realidade e consistência analítica aos modelos teóricos sobre o comércio e as nações, ao analisarem os impactos das economias de escalas (internas ou externas) e da concorrência imperfeita no comércio internacional.

O modelo desenvolvido por Helpman & Krugman apresenta o modelo do tipo 2x2x2, isto é, considera-se dois factores de produção (capital e trabalho), dois países e

dois produtos comercializados, (Oliveira, 2007). Anteriormente a estrutura de mercado era denominada pela concorrência perfeita e actuando com rendimentos constantes, já no modelo de economia de escala, é a concorrência imperfeita que predomina o mercado e opera com rendimentos crescentes de escala, são as causas geradoras do comércio entre as nações, independentemente de os países possuírem as mesmas tecnologias, dotações de factores ou gostos semelhantes.

Para Krugman e Obstfeld, citado por Moreira U. (2012), a existência de economias de escala apresentará uma redução de custos quanto maior for a quantidade produzida. Assim sendo, um país deve concentrar-se na produção de um número limitado de produtos em vez de produzir uma maior variedade. Na vertente do modelo de concorrência monopolística, as empresas, ao actuarem no comércio internacional, devem inovar e investir nos produtos, pois, assim, obterão maiores economias de escala e maior variedade de produtos e com vantagem competitiva na óptica do preço a longo prazo. O conceito de competitividade das nações, apresentado pelo Porter (1989), defende que nenhuma nação é totalmente competitiva em todos os sectores. E o sucesso de cada um dependerá da forma como esses *clusters* se inter-relacionam em cada sector.

Pode-se verificar que, com a evolução do comércio internacional, houve uma evolução também das suas teorias explicativas. O comércio internacional promove as actividades económicas, tanto na exportação como no investimento directo estrangeiro e desencadeia o desenvolvimento de um país.

### **3. A Fragilidade Política da Guiné-Bissau e os seus impactos no desenvolvimento socioeconómico**

A Guiné-Bissau é uma ex-colónia portuguesa que se encontra localizada na costa ocidental africana. Tornou-se independente a 24 de Setembro de 1973, tendo Portugal reconhecido a sua independência a 10 de Setembro de 1974. Segundo o Banco Mundial (2018), a Guiné-Bissau tem uma população total 1,9 milhões de habitantes, sendo a esperança média de vida de 58 anos. A população é constituída por uma diversidade cultural e étnica, cujos principais exemplos, são: os balantas, os mandingas, os fulas, os



manjacos, os papeis e os mancanhas, que, em conjunto, representam cerca de 90% da população. A língua oficial é o português, sendo o crioulo o dialecto mais falado.

A Guiné-Bissau é considerada um país de baixo desenvolvimento, com uma enorme precariedade nas áreas da saúde e da educação, que apresentam uma taxa de iliteracia muito elevada. Como consta no Relatório do Desenvolvimento Humano (2019), o país apresentou um dos menores valores no que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano do mundo, tendo tido 0.461, encontrando-se na 178 posição, numa lista composta por 189 países. O país não conseguiu erradicar a extrema pobreza, Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas, através da implementação do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP I e II), apresentado pelo governo ao Banco Mundial e ao FMI, que tinha como desafio principal a reforma do quadro macroeconómico e das finanças públicas do país. O não fornecimento de serviços públicos básicos a sua população é uma das evidências principais do fracasso de um Estado frágil.

### **3.1. Caracterização da Instabilidade Política da Guiné-Bissau**

A situação política da Guiné-Bissau é considerada turbulenta desde a independência. De acordo com Sangreman, et al. (2019), a compreensão correcta da instabilidade política de Guiné-Bissau não é possível ser feita utilizando a lógica europeia, centralizada nas ideologias partidárias.

Após a guerra civil de 1998, a Guiné-Bissau se encontra presa nas três das quatro “Armadilhas do Desenvolvimento” (conflito, abundância dos recursos naturais e a má governação) do Collier. O país deparou-se com uma instabilidade militar e política, que reproduziram sucessivos golpes de Estado, assassinatos de chefias militares, políticos e de inúmeros civis. Segundo Carvalho (2010), a instabilidade política da Guiné-Bissau é de uma complexa relação de poder dentro das Forças Armadas, com ligação ao poder político, que produz conflitos pelo acesso aos recursos do Estado. Os militares têm-se envolvido em vários assassinatos, tráfico de drogas e golpes de Estado. Após a independência, a Guiné-Bissau defrontou-se com cinco golpes de Estado ocorridos nos anos 1980, 1998, 2003, 2009 e 2012 e várias outras tentativas nos anos 1985, 2004, 2010.

Em Abril de 2012, houve o mais recente golpe de Estado que foi levado a cabo, pelos militares e que teve como desfecho o derrube do governo, liderado por Carlos Gomes Júnior. O golpe foi liderado pelos militares António Ndjai e Bubo Na Tchuto que acreditavam que os militares angolanos, que se encontravam em missão de paz no país, estariam a enviar materiais bélicos para o país, o que colocaria um problema de segurança às forças armadas guineenses, (Sangreman, et al., 2019). Como consequência deste acto, foram aplicadas sanções individuais aos militares pela CEDEAO, para que reconsiderassem as suas atitudes, que contribuíram para afundar o país num período longo e contínuo de instabilidade. O Presidente interino Manuel Serifo Nhamadjo teve de compartilhar o poder com os militares até 2014. Segundo Morreira J. (2017), as tentativas e as concretizações de golpes de Estado no país provocaram o descrédito das instituições e o caos administrativo, o que fez com que a Comunidade Internacional não reconhecesse esse governo até a data das novas eleições gerais.

Em 2014 realizaram-se as eleições gerais, que foram consideradas pela comunidade internacional como as mais livres e justas na história da Guiné-Bissau, não tendo havido registos de incidentes ao longo de todo o processo eleitoral. Para o cargo de Presidente da República foi eleito o José Mário Vaz, ex-ministro das finanças antes do golpe de Estado de 2012, que viu igualmente o seu nome a ser envolvido no desaparecimento de 9,1 milhões de euros, provenientes da ajuda internacional, segundo Bappah (2017). E para o cargo de Primeiro-Ministro, foi nomeado o engenheiro Domingos Simões Pereira, o actual presidente do PAIGC. A formação do novo governo não acabou com a crise política e em 2015 a coabitação entre os dois tornou-se impossível, o que poderia pôr em causa o normal funcionamento das instituições do Estado. O Presidente da República afirmou que uma das causas para a sua destituição seria a corrupção e o nepotismo.

De acordo com Thompson e O'Regan (2013), a Guiné-Bissau possui um sistema político híbrido, designado de semipresidencialista. A centralização de poderes e a inexistência de mecanismos de controlo da acção exercida pelo Presidente da República estão no cerne da grande problemática em que o país se encontra actualmente. Importa salientar que em cinco anos foram demitidos oito primeiros-ministros e também que o José Mário Vaz foi o único Presidente a terminar o seu mandato.

Em Março de 2019, novas eleições legislativas foram realizadas, nas quais o PAIGC saiu como vencedor, mas como não detinha a maioria absoluta, fez um acordo de

coligação parlamentar com três partidos. Infelizmente, um dos partidos abandonou a aliança e juntou-se ao partido da oposição, dando-o uma maioria parlamentar. Existe uma grande falta de ideologia política no seio dos partidos políticos guineenses e poder-se-á dizer que é uma maldição incrustada que persistirá por muitos anos.

O resultado eleitoral da segunda volta das eleições presidenciais, conhecido a 1 de Janeiro de 2020, intensificou ainda mais a crise política. O General Umaro Sissoco Embaló (USE), considerado vencedor pela Comissão Nacional de Eleições e reconhecido pela CEDEAO, autoproclamou-se Presidente da República, tendo ignorado um recurso contencioso eleitoral a decorrer no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) apresentado pelo candidato concorrente, Domingos Simões Pereira. Após o reconhecimento da vitória do Umaro Sissoco Embaló pela CEDEAO, o adversário considerou o acto contraditório ao princípio de “tolerância zero aos golpes de Estado nos Estados-membros”, tanto aclamado pela organização sub-regional e que a presente situação política “não dignifica o processo democrático”<sup>3</sup>.

Outro ponto importante são as fronteiras frágeis, que são facilmente infiltradas, não apenas de grupos criminosos, mas também pela facilitação de circulação de drogas no país pelos políticos e os militares. Foram efectuadas algumas apreensões de drogas e o país tem estado a fazer um esforço para combater o narcotráfico e o crime organizado, como forma de preservar a sua reputação internacional. Em 2013, o chefe de Estado Armada, Bubo Na Tchuto, foi capturado, juntamente com os colegas, nas águas internacionais, através de uma operação organizada pelos EUA, pela sua presumível intervenção no comércio de cocaína no país.

De acordo com Sangreman et al. (2008), Amílcar Cabral considerava que só os oportunistas políticos é que são tribalistas e isso foi visível nas campanhas eleitorais de 2019, em que os guineenses se depararam com os discursos de divisão étnica-religiosa assumidos por alguns candidatos e dirigentes políticos, nomeadamente, do MADEM-G15, PRS e PAIGC. Essa situação trouxe com ela o ódio, a violência e a desunião entre o povo guineense e poder-se-á afirmar de que a conflitualidade étnica põe em perigo a segurança pública.

---

3 [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/atual-situacao-nao-dignifica-processo-democratico-simoes-pereira\\_n1208434](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/atual-situacao-nao-dignifica-processo-democratico-simoes-pereira_n1208434)

O país possui um Estado de direito fracassado, com incremento de casos de intimidação fomentado pelas pessoas que servem o Estado, ameaças à liberdade de expressão e da violência. Embora conhecida pelas instituições estatais fracas, na Guiné-Bissau a Sociedade Civil funciona e tem desencadeado um papel bastante dinâmico apesar de o país oferecer um cenário de instabilidade constante. Perante estes incidentes, geradores de grande instabilidade, o descontentamento da população é nítido devido à situação sociopolítica com que se deparou durante anos. O Estado guineense está aquém da categoria mínima desejável e continua a não garantir os direitos humanos, a segurança ou serviços básicos à sua população. As constantes mudanças de governo dentro de uma legislatura e as interferências dos militares na esfera civil e política têm vindo a agravar o desenvolvimento do país.

De acordo com o FMI (2017), a economia da Guiné-Bissau é uma das menos diversificadas do mundo, devido as ameaças associadas ao risco político, que normalmente, conduzem as preocupações e aumentam as incertezas dos investidores. A maioria dos rácios e indicadores apresentados pela Guiné-Bissau não são atractivos para o desenvolvimento do país, conforme abaixo indicado:

(i) No que diz respeito ao índice da corrupção, a Guiné-Bissau apresenta um nível muito elevado, encontrando-se na 168<sup>a</sup> posição, num universo de 180 países analisados, e é o país mais corrupto da CPLP. O desvio de dinheiro público, a partidização dos cargos administrativos e o nepotismo são algumas das causas do entrave ao normal funcionamento da Administração Pública (*Transparency International*, 2020).

(ii) A Guiné-Bissau encontra-se na 174<sup>a</sup> posição entre 190 países no ranking da classificação de *Doing Business* (2020)<sup>4</sup>. Segundo FMI (2017), as autoridades deveriam abordar as questões da fraca transparência nos ambientes jurídicos e de negócios, das competências financeiras limitadas e, por fim, a tributação distorcida, que continuam a ser grande entrave ao desenvolvimento económico do país.

---

<sup>4</sup> <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/32436/9781464814402.pdf>

### 3.2. Impactos da instabilidade política no desenvolvimento económico

Segundo o Romer et al. (1990), o crescimento económico está vinculado à estabilidade política, afirmando que qualquer ambiente de incerteza política, com golpes de Estado, corrupção, mudanças sucessivas de governo, poderá ter consequências negativas e contribui para a redução do investimento no país, o que retarda o seu desenvolvimento económico. As sucessivas crises de instabilidade política na Guiné-Bissau têm-se reflectido na desaceleração económica, que é altamente volátil e deficitária.

**Tabela 1: Alguns indicadores macroeconómicos da Guiné-Bissau entre 2010-2019**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB (%)	6	8	-2	3	1	6	5	5	4	5
PIB <i>per capita</i> (%)	2	5	-4	1	-2	3	4	3	1	2
PIB Corrente (Milhões USD)	849	1.098	989	1.046	1.054	1.048	1.178	1.347	1.458	1.340
Dívida pública (% PIB)	62	46	47	51	58	54	57	51	60	68
Taxa de inflação (% média)	1	5	2	1	-1	2	3	-02	0,4	0,2
Conta corrente (% PIB)	-8	-1	-8	-4	1	2	1	0,3	-4	-10

**Fonte:** Banco Mundial e FMI

Conforme apresentado na Tabela 1, verifica-se que o PIB da Guiné-Bissau entre 2010 e 2019 apresentou um crescimento médio anual de 2%. No entanto, convém referir que em 2011 o crescimento foi de 8%, ano esse em que a castanha de caju atingiu 90% das exportações, justificado pela boa produção e aos altos preços praticados. Já em 2012 houve uma quebra devido ao golpe de estado ocorrido em Abril e também à crise financeira na Europa.

Apesar do crescimento médio do PIB, é de salientar que esses valores não reflectem no bem-estar social da população, dado que, uma boa parte da população (70%) vive numa situação de extrema pobreza, *World Food Programme* (2020).

O Estado guineense é um dos mais endividados do mundo, o que levou o país a participar na iniciativa de *heavily indebted poor countries* (HIPC), em Dezembro de 2010. Esta iniciativa conduziu ao perdão de 86,5% da sua dívida (FMI, 2010). Desde 2010, o Estado tem conseguido, através dos sucessivos governos, manter a dívida dentro dos limites aceitáveis, cumprindo, assim, um dos critérios de convergência da UEMOA, que é manter a dívida interna e externa abaixo dos 70% em relação ao PIB, correspondente a 990 milhões de Dólares. Da mesma forma que as taxas de inflação passaram a ser mais

controladas e não podendo ultrapassar aos 3%<sup>5</sup>. Assim, com a entrada no UEMOA, o país conseguiu obter a estabilidade na taxa cambial, o que contribui para a eliminação dos riscos associados (DJAU, 2019). Em 2019, a inflação foi de 0,2%. No entanto, a conta corrente do país é deficitária de 10% do PIB e do ano transacto de -4% do PIB.

**Tabela 2: Sectores de actividade em % do PIB**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Sector primário	45	45	47	44	41	47	46	49	47	50
Sector secundário	13	12	14	14	14	12	13	13	13	13
Sector terciário	42	43	40	41	44	41	41	38	40	37

**Fonte:** Banco Mundial

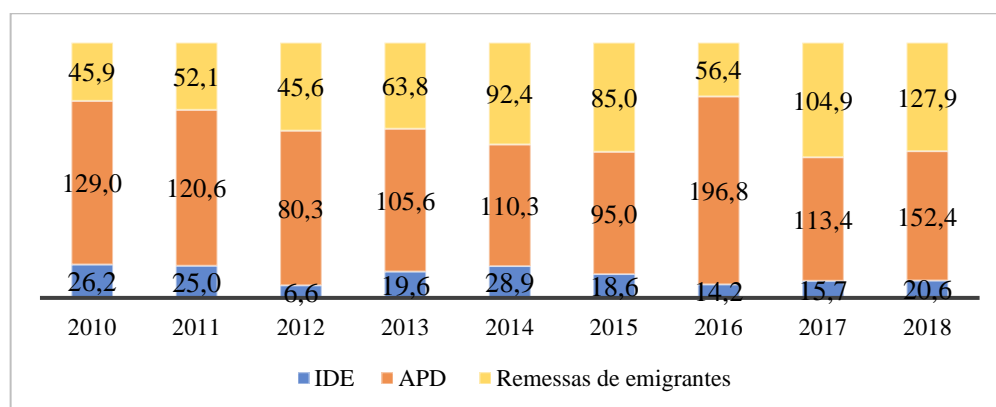
Em relação aos sectores de actividades, na Tabela 2 constata-se que entre 2010 e 2019, o sector primário contribuiu em média 47% do PIB, justificado pela produção e exportação da castanha de caju. A pesca tem uma grande contribuição nas receitas do Governo, através das cedências de licenças para a União Europeia de pesca multi-espécies no valor de 9,2 milhões de euros anualmente renovável (Aneme, 2018). O sector secundário representa apenas 13% do PIB, justificado, essencialmente, pela precaridade das infra-estruturas industriais para a produção e transformação em larga escala. Segundo Djau (2019), esse sector deveria estar em condições de contribuir com uma maior percentagem do PIB, impulsionando mais fortemente essa participação através da agropecuária e a agro-indústria. O sector terciário representa cerca de 41% do PIB. As infra-estruturas rodoviárias impedem o desenvolvimento deste sector, uma vez que as estradas se encontram em situações deploráveis, sem nenhuma segurança e carecem de investimentos.

A Guiné-Bissau é altamente dependente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) com o intuito de financiar a sua despesa pública, do apoio da balança de pagamentos e da implementação das suas políticas de desenvolvimento. Entre 2010 e 2018 recebeu em média 113,4 milhões de dólares, equivalente a 10,5% do PIB, conforme

<sup>5</sup> Em cada país da UEMOA existe uma filial do BCEAO, que é responsável pela emissão de moeda única da zona, o FCFA (XOF), que possui uma cotação estável.

apontado no gráfico 1. Nos anos 2012 e 2015, houve uma redução da APD devido ao golpe de Estado e a destituição de vários ministros pelo Presidente, OCDE (2019)<sup>6</sup>.

**Gráfico 1: Evolução dos Fluxos Financeiros (milhões de dólares)**



**Fonte:** Banco Mundial

As remessas dos emigrantes têm vindo a aumentar anualmente. É dos fluxos financeiros que tem menor flutuação associada aos choques económicos e são superadas apenas pela APD. Entre 2010 e 2018, as remessas recebidas foram de 674 milhões de dólares, corresponde a uma média anual de 64 milhões de dólares.

A Guiné-Bissau recebeu 175 milhões de dólares entre 2010 e 2018, é dos países que menos recebe Investimento Directo Estrangeiro (IDE), situando-se na 192<sup>a</sup> posição em 2019, de acordo com o ranking mundial, *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, (AICEP, 2020). O país não consegue atrair investimentos estrangeiros em larga escala devido a instabilidade política, o que desencoraja os investidores estrangeiros.

Em suma, poder-se-á afirmar que a instabilidade política está conectada com o fraco crescimento económico, e isso é observável nos dados macroeconómicos que foram apresentados. E o outro ponto essencial, é que o país não é, por si só, autónomo e necessita dos recursos financeiros externos para suportar as suas despesas internas e dos investidores para alavancar o desenvolvimento económico nos diferentes sectores de actividades.

<sup>6</sup> Fonte: OECD (2019), *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries 2019: Disbursements, Commitments, Country Indicators*, OECD Publishing, Paris, disponível em: [https://doi.org/10.1787/fin\\_flows\\_dev-2019-en-fr](https://doi.org/10.1787/fin_flows_dev-2019-en-fr)

#### 4. Comércio Internacional nos Estados Frágeis: análise do caso da Guiné-Bissau

O comércio internacional nos Estados frágeis, como é o caso da Guiné-Bissau, tem um papel pouco significativo no aumento dos seus rendimentos e no respectivo crescimento económico. O país é dependente do comércio internacional, mas na realidade, a liberalização do comércio não trouxe um desenvolvimento expectável a Guiné-Bissau, como ocorreu nos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimentos, considerados estáveis.

No que diz respeito as transacções comerciais a nível global, a Guiné-Bissau posiciona-se como um dos maiores importadores e no que tange a exportação consta na lista dos países com pouca expressividade a nível global. De acordo com os dados da AICEP (2020), em 2019, a Guiné-Bissau ficou na 179ª posição a nível da exportação e na 193ª posição a nível da importação.

**Tabela 3: Evolução das transacções entre 2010-2019 (milhões de dólares)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bens Exportados	127	238	131	153	165	252	164	339	339	306
Bens Importados	197	240	182	183	214	207	137	291	293	326
Balança Comercial	-70	-2	-50	-30	-49	45	28	49	46	-20
Exportações (%)	-24	46	-27	17	2	17	11	-18	13	14
Exportação/PIB (%)	15	26	15	18	20	28	27	28	25	23
Importação/PIB (%)	35	31	26	26	31	32	31	33	32	34

**Fonte:** Banco Mundial

Como se constata na Tabela 3 acima representada, verifica-se um crescimento dos bens exportados de 127 milhões de dólares em 2010 para 306 milhões de dólares em 2019, representando em média 21% do PIB. Relativamente aos bens importados, houve um aumento de 197 milhões de dólares em 2010 para 326 milhões de dólares em 2019, representou em média 34% do PIB. Existe uma grande disparidade na balança comercial do país, o que faz com que o crescimento das importações face ao decréscimo das exportações contribuía para o aumento do défice comercial. Em contrapartida, a forte dependência da exportação das matérias-primas, nomeadamente da castanha de caju, ajuda a atenuar o défice comercial.



**Tabela 4: Os principais produtos exportados entre 2010-2019 (%)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Frutas comestíveis e de casca dura	40	71	84	69	73	83	86	92	88	45
Peixes e Mariscos	11	3	4	22	7	8	6	6	6	16
Madeira e carvão	2	1	3	3	17	6	0,1	0,1	5	4
Ferro e Aço	2	1	1	0	1	0	0	0,2	0,5	0,3
Outros	45	24	8	6	3	3	9	2	1	35

**Fonte:** ITC e OEC

Na Tabela 4, verifica-se que as frutas comestíveis e de casca dura, mais precisamente a castanha de caju, é o principal produto exportado. Entre 2010 e 2019 representou em média 78% das exportações, variando de 40% em 2010 para 88% em 2018 (equivalente a 137 milhões de dólares, 10% do PIB, excluindo a exportação ilegal). Em 2019 reduziu para 45%, justificado pela redução do preço de venda da matéria-prima.

Apesar da vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Guiné-Bissau, o peixe e marisco representaram apenas 11% das exportações em 2010 e em 2019 teve um ligeiro aumento, representou 16% das exportações. Outro produto que tem sido exportado é a madeira e os seus derivados que, em 2010, atingia uma parcela de 2% e em 2019 de 3,5%, esse produto acarreta muitas consequências para o meio-ambiente, visto que existe um elevado percentual de exportação ilegal.

**Tabela 5: Destino das exportações (milhões dólares)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
India	132	298	124	137	161	201	215	256	131	123
Togo	9	9	6	15	14	14	11	8	13	6
Vietnam	7	41	25	62	28	32	71	66	0,0	.
Costa de Marfim	2	2	0,6	5	0,0	3	10	6	4	21
China	4	4	7	17	50	18	0,2	0,4	8	8

**Fonte:** ITC e OEC

Segundo os dados acima apresentadas na Tabela 5, constata-se que a Índia é o principal mercado das exportações da Guiné-Bissau. Em 2018, 84% das exportações, equivalente a 131 milhões de dólares foram destinadas ao mercado indiano. Entre 2010 e 2019, as exportações para Espanha e EUA diminuíram, dando lugar às economias emergentes como o Vietname e a China. O mercado chinês detém apenas 5% das

exportações, sendo a madeira o principal produto exportado. Em relação aos países africanos, a Guiné-Bissau exporta principalmente para a Costa de Marfim e Togo.

**Tabela 6: Principais produtos importados entre 2010-2019 (%)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cereais e derivados; etc.	16	15	12	14	9	13	14	19	22	16
Combustível, óleo mineral, etc.	9	14	18	19	30	15	10	14	17	16
Bebidas, vinho e vinagre	6	6	5	5	6	6	6	7	7	7
Máquinas eléctricas, peças	4	7	6	4	5	6	7	5	5	6
Máquinas e aparelhos mecânicos	6	6	7	5	4	5	4	6	5	4

**Fonte:** ITC e OEC

Na Tabela 6, acima apresentada, verifica-se que os cereais e os seus derivados lideram a lista dos produtos importados pela Guiné-Bissau, sendo que o arroz é o principal produto alimentar diário dos guineenses. Em 2019, foi importado 118.180 toneladas, representando em média 12,3 % das importações. A agricultura de subsistência praticada tem como consequência o aumento da procura pelo mercado internacional pelos produtos alimentares, o que acarreta problemas relacionados com as flutuações dos preços.

**Tabela 7: Principais mercados de importação (milhões dólares)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Portugal	57	89	9	93	86	82	87	103	120	102
Senegal	50	64	70	91	90	67	53	59	68	65
Paquistão	14	9	10	5	11	13	16	25	24	22
China	9	15	16	1	17	19	21	34	30	32
Holanda	9	11	9	10	94	9	12	24	18	23

**Fonte:** ITC e OEC

De acordo com os dados da ITC, expressos na Tabela 7, Portugal destaca-se como sendo um dos principais fornecedores da Guiné-Bissau, representando 102 milhões dólares das importações em 2019. Esse facto pode ser explicado pelos laços coloniais existentes entre as duas nações. Senegal é o segundo principal mercado importador, justificado pela livre circulação de bens e serviços entre os países pertencentes ao bloco económico e monetário da UEMOA e também pela proximidade geográfica, tendo-se importado 65 milhões dólares em 2019. Conforme referido anteriormente, os cereais e os seus derivados lideram a lista dos produtos importados. A maioria do arroz importado é proveniente do Paquistão, este que é classificado como o 3º mercado importador da Guiné-Bissau, totalizando 22 milhões dólares.

Os constantes déficits na sua balança comercial e a desaceleração do crescimento são explicados pela dependência no que concerne a agricultura de subsistência e a procura pelo mercado internacional, aumentada cada vez mais pelos produtos petrolíferos refinados e produtos alimentares.

#### **4.1. O comércio entre a Guiné-Bissau e o seu bloco económico**

De acordo com Maia (2001), os blocos económicos têm como objectivo principal desenvolver o comércio de uma certa região. Apresentam benefícios como a eliminação das barreiras alfandegárias, levando à concorrência entre as empresas e, como consequências, à queda dos preços dos produtos e o aumento do poder de compra bem como ao aumento de nível de vida da população dessa região. Ainda, apresentam pontos positivos, como o aperfeiçoamento das práticas industriais, comerciais e logísticas. Além disso, os investimentos externos, com a formação de blocos, possibilitam o equilíbrio das contas dos governos, que passam a depender menos de capitais voláteis, diminuindo a sensibilidade a ataques especulativos e menor dependência do câmbio.

A Guiné-Bissau pertence aos blocos comerciais do continente africano, nomeadamente a União Africana, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África (OHADA) e da União Económica e Monetária da Oeste Africana (UEMOA), (Aneme, 2018).

De acordo com o tratado da CEDEAO (1993), na esfera comercial, a Comunidade procedeu-se a criação do mercado comum, bem como, a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais e ainda à eliminação de todas as barreiras aduaneiras e o estabelecimento de tarifas e políticas comerciais comuns.

A Guiné-Bissau adoptou a Tarifa Externa Comum<sup>7</sup> no comércio entre os membros da CEDEAO que entrou em vigor em 2015 e que permite: criar um mercado comum, embora já existisse o acordo de liberalização do comércio, promover a industrialização, proteger as indústrias emergentes e estimular as exportações. Porém, o grande obstáculo,

---

<sup>7</sup> [https://untobaccocontrol.org/impldb/wp-content/uploads/guinea\\_bissau\\_2018\\_annex-4\\_national\\_customs\\_tariff\\_2017.pdf](https://untobaccocontrol.org/impldb/wp-content/uploads/guinea_bissau_2018_annex-4_national_customs_tariff_2017.pdf)

está na sua implementação, visto que a CEDEAO enfrenta o grande desafio de monitorizar se os membros deste organismo estão a honrar o compromisso.

No entanto, a Comunidade tem-se defrontado com muitos obstáculos no que tange ao transporte e à livre circulação de mercadorias, uma vez que alguns países aplicam o proteccionismo contra os próprios membros. Por outro lado, a falta de investimento, o sistema fiscal e o mercado informal comprometem o progresso desse bloco.

A UEMOA tem como objectivo principal a integração económica entre os países pertencentes a CEDEAO, nomeadamente a criação de um mercado comum. A tarifa externa comum e a moeda única (FCFA ou XOF), (DJAU, 2019).

**Tabela 8: Exportações para a UEMOA entre 2010-2019 (milhões dólares)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Costa de Marfim	2	2	0,7	5	0	3	10	6	4	21
Togo	9	9	6	15	14	14	11	8	13	6
Senegal	0,43	0,8	0,6	0,3	0,0	0,8	0,2	0	9	0,2
Burkina Faso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,3	0,0	0,0	0,12
Benim	0,0	6	8	2	0,5	2	0,6	0,0	13	0,0
Níger	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39	0,0	0,0	
Mali	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>UEMOA</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>22</b>	<b>14</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>27</b>

**Fonte:** ITC

Tendo em conta aos dados expressos na Tabela 8, o valor das exportações da Guiné-Bissau para os países da UEMOA foi de 11 milhões dólares em 2010 e em 2019 de 27 milhões dólares, com pouca representatividade das exportações para o bloco económico, apesar do acordo de liberalização. Essa situação comprova o quão atrasado o país se encontra comparativamente aos demais membros e as razões principais advêm da falta de diversificação dos seus produtos e a dependência da exportação da castanha de caju para o mercado indiano. Quanto a exportação para a UEMOA, a Guiné-Bissau exporta peixes e as frutas comestíveis e de casca dura.

**Tabela 9: Importações proveniente UEMOA entre 2010-2019 (milhões dólares)**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Senegal	50	64	70	91	90	67	53	59	68	65
Costa de Marfim	3	0,8	0,7	0,3	0,9	0,7	2	1	2	1
Togo	0,9	0,2	0,3	0,5	0,0	2	0,7	0,3	0,3	0,2
Benim	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,6	0,9	0,4
Burkina Faso	0,0	0,5	0,0	0,4	0,8	0,0	0,2	0,3	0,6	0,0
Mali	0,7	0,2	0,5	-	-	-	0,2	0	-	-
Níger	0,5	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
<b>UEMOA</b>	<b>53</b>	<b>65</b>	<b>71</b>	<b>92</b>	<b>91</b>	<b>70</b>	<b>56</b>	<b>61</b>	<b>70</b>	<b>70</b>

Fonte: ITC

Quanto às importações provenientes dos países da UEMOA e tendo em conta aos dados da ITC expressos na Tabela 9, o país importou no total 53 milhões dólares em 2010 face a 70 milhões dólares em 2019, dos quais 14% provêm da UEMOA. Maioritariamente, o país importa bens alimentares e o seu principal fornecedor nesse bloco económico é o Senegal, como anteriormente foi salientado.

Para haver uma maior prosperidade económica nos Estados mais pobres, a proliferação e a promoção das iniciativas do comércio intra-regionais são prioritárias, de modo a diminuir a dependência em relação aos países desenvolvidos. Embora insuficiente, a UEMOA tem feito um esforço para melhorar as infra-estruturas de transportes e eliminar as barreiras não físicas aos transportes e ao comércio, muito embora, os países membros se encontram em conflitos internos.

O país tem várias iniciativas na área do comércio internacional, nomeadamente o Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia que visa promover o comércio entre ambas as partes e procedendo a eliminação das barreiras às trocas comerciais (Aneme, 2018). Esse acordo possui um Sistema de Preferências Generalizadas, com base numa iniciativa de “tudo menos armas”, onde esses países têm o acesso preferencial ao mercado da União Europeia.

## 4.2. Os principais desafios do comércio internacional na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau, por ser um Estado frágil, está mais vulnerável às flutuações comerciais, devido a uma diversificação limitada dos produtos e dos preços das suas exportações que são determinados pelos mercados concorrenciais.

O país é dependente de um único *commodity*, que é a castanha de caju. A fraca capacidade de transformar os seus produtos e em atrair excedentes têm sido uma desvantagem. Todavia, a maior parte da castanha de caju exportada não é processada e a Índia apresenta uma vantagem competitiva porque compra as castanhas de caju abaixo dos preços do mercado internacional, realiza o processamento e reexporta para os países desenvolvidos, o que contribui para perdas comerciais e um retrocesso económico para a Guiné-Bissau. Isto coloca o país sobre uma grande dependência ao mercado indiano para o escoamento desse produto.

A Guiné-Bissau apresenta uma enorme incapacidade em cumprir determinados padrões para a exportação dos seus produtos, o que poderia ajudá-la a melhorar no mercado global. Devido a falta de investimento das infra-estruturas relacionadas com o comércio e das tecnologias sofisticadas, que seria um factor decisivo para a competitividade no mercado global. Existe uma grande formalidade burocrática, o que aumenta os custos e o tempo de espera, não permitindo que haja uma eficiência nos registos sistemáticos das actividades comerciais, uma vez que a documentação é, maioritariamente, manual e muitas das vezes é necessário a passagem para outros órgãos. Isso demonstra a ineficácia da Guiné-Bissau face ao mercado global. E ainda, salienta ressaltar que essa situação é umas das causas do incremento da corrupção e o nepotismo nas alfândegas e no ministério do comércio (Voa Português<sup>8</sup>, 2019).

A falta de investimento nas infra-estruturas rodoviárias, transportes eficientes, fornecimento de serviços básicos de energias, água e de telecomunicações continuam a ser um dos grandes desafios que a Guiné-Bissau tem-se deparando e tem afectado a prosperidade das actividades comerciais. O principal porto do país necessita de reabilitação para fazer face a quantidade de navios de carga que recebe.

---

<sup>8</sup> <https://www.voaportugues.com/a/funcionarios-ministerio-comercio-guine-bissau-detidos/2777163.html>

A nível mineral, o país dispõe reservas de fosfato, bauxite e petróleo, embora não se tenha verificado a sua exploração em larga escala, devido à falta de investimento, que poderia contribuir para colmatar a dependência da exportação e na transformação local e no desenvolvimento económico.

Outra questão relevante é a do sector da pesca, que é bastante atractivo para os investidores estrangeiros, nomeadamente dos países da zona euro, com a emissão de licença de pescas pelo governo guineense às embarcações estrangeiras tem sido uma das principais fontes de rendimento para o Estado. Contudo, as receitas originárias da exploração destes recursos da pesca e dos minerais poderão conduzir às questões relacionadas com os grupos de interesses, enfatizando o facto de que existe uma grande guerra pelo poder no país.

No caso das importações, a Guiné-Bissau está mais propensa aos choques comerciais devido as flutuações dos preços internacionais que podem ter consequências negativas para o crescimento económico. O país é dependente do mercado internacional e isso contribui para a preferência pelos produtos importados, provocando danos nas produções locais. Como consequência, o país dificilmente desenvolverá e apresentará sempre um crescimento lento.

A economia informal representa 38% do PIB, poderá estar relacionada também com a estagnação do comércio internacional, uma vez que, é uma fonte de rendimento de que o governo não consegue auferir impostos (FMI, 2017).

As barreiras comerciais bem como o proteccionismo imposto pelos países desenvolvidos, são entraves importantes que condicionam a competitividade do comércio internacional dos países pobres e lesam o crescimento económico. Tendo em conta aos princípios gerais do GATT e da OMC, a eliminação ou a redução parcial das barreiras comerciais são algumas das imposições colocadas para suprimir as desigualdades, principalmente para os países mais pobres, como forma de promover o comércio livre.

Tendo em conta a situação da Guiné-Bissau, pode-se afirmar de que o comércio internacional tem um aumento pouco significativo no crescimento económico. No entanto, não se verifica nenhuma redução da pobreza.

## 5. Conclusão

Tendo em conta as grandes limitações com que os Estados frágeis se defrontam, particularmente a Guiné-Bissau, podem ser tecidas várias considerações em relação a essa dissertação.

Primeiramente, pode-se afirmar que a instabilidade política é um dos principais factores da fragilidade do Estado da Guiné-Bissau e tem afectado negativamente o desenvolvimento e a diversificação económica do país. Permiteu perceber que o país se encontra preso nas três das quatro “Armadilhas do Desenvolvimento”, como foi apontado por Collier (2007), pois tem-se deparado com alguns problemas relacionados com os conflitos militares, golpes de Estado, instabilidade política crónica, bem como conflitos com membros do seu bloco económico (CEDEAO), o que tem vindo a afectar a prosperidade das relações comerciais da Guiné-Bissau.

Esta questão relacionada com a definição de Estado frágil tem vindo a afectar a segurança do país, incitando a extrema pobreza e a decadência do Estado, o que acarreta dificuldades económicas sérias. O país precisa de pôr termo a instabilidade política e conceder as necessidades básicas a sua população. Esse processo poderá passar através de grandes mudanças estruturais, económica e política, uma vez que é necessário fomentar o desenvolvimento económico, promover a transparência na administração dos recursos naturais de modo a evitar os conflitos de interesses e diminuir o índice da corrupção. É da extrema necessidade que se proceda a elaboração das políticas comerciais e macroeconómicas vocacionadas para o desenvolvimento sustentável. Assim, a estabilidade económica e política permitirá que o país atraia maior número de investidores internacionais e nacionais que estejam dispostos a investir num ambiente que transmita paz e segurança.

De acordo com a teoria de David Ricardo, pode-se constatar que a Guiné-Bissau se especializou no produto no qual possui uma vantagem comparativa e carece da vantagem competitiva, apresentando uma necessidade imperativa de diversificar a sua base produtiva e de exportação, que é predominantemente agrícola. Desta forma, o país tem de focalizar-se na diversificação e na exportação dos produtos acabados em vez de produtos brutos, como é o caso da castanha de caju, assim, irá incrementar valores finais aos seus produtos. Os produtores não conseguem ser competitivos porque perdem as



vantagens provenientes da economia de escala, pois não conseguem satisfazer a procura do mercado.

Paralelamente, também é importante a diversificação do mercado de destino daquilo que se produz na Guiné-Bissau, como alternativa para reduzir os riscos associados à volatilidade dos preços e da procura. Nesse caso, é necessário a elaboração das informações acerca dos mercados externos e a forma de exploração dessas oportunidades. O país poderia aproveitar o mercado dos Estados Unidos, como por exemplo, para escoar a castanha de caju processado, uma vez que têm o acordo de AGOA em vigor.

No que concerne ao sector industrial, este poderá proporcionar ao país um crescimento económico, se os governos apostarem no investimento e na integração das infra-estruturas necessárias, que o permita aceder as cadeias de valor global e permitir-lhe-á industrializar-se, nomeadamente: (i) nas indústrias transformadoras e (ii) na eficiência dos serviços energéticos, o que vai impulsionar a competitividade das empresas exportadoras e desenvolver uma cadeia de transformação na sua plenitude.

Deste modo, o Estado deve criar mecanismos que possam capitalizar investimentos para que seja implementado um novo modelo baseado na substituição da exportação, na produção para os mercados externos e na aposta numa economia verde sustentável. A implementação de algumas melhorias nas indústrias nacionais passará a gerar benefícios, como o aumento da produtividade, o crescimento do emprego, o que, no longo prazo, irá despoletar o crescimento económico e estimular o desenvolvimento deste país frágil.

Para fazer face a competitividade internacional e obter um crescimento sustentável, o governo deveria conceder apoios micro financeiros com o propósito de incrementar a produção e a produtividade dos produtores agrícolas para que possam produzir em larga escala e criar empresas transformadoras desses produtos, cedendo materiais, capital, tecnologia e uma série de serviços, não esquecendo aqueles que se encontram nas áreas rurais. Assim, o país deverá investir na investigação e no desenvolvimento dos produtos exportados como forma de cumprir os standards requeridos no mercado internacional.

Outro ponto fundamental, será a redução das formalidades burocráticas que poderá contribuir para amenizar os custos e o tempo de espera. A utilização de tecnologias modernas possibilitará que se possam efectuar registos sistemáticos das actividades

comerciais, como forma de reduzir o tempo das transacções. Desta forma, a corrupção nos serviços aduaneiros poderá ser combatida.

Por outro lado, é imprescindível o aumento da capacidade de fiscalização das águas e a monitorização da quantidade pescada, o que poderá contribuir para o aumento das receitas oriundas das licenças de pesca. O país deve investir na transformação dos derivados provenientes dos pescados e na sua comercialização relativamente às capturas para o mercado internacional.

Para reduzir o elevado percentual das economias informais, o governo deve os ceder as mesmas oportunidades de participar no mercado global e de beneficiarem da assistência técnica que é oferecida às economias formais, o que poderá servir para estimular o crescimento económico.

Em relação as importações, a Guiné-Bissau deve apostar na industrialização baseada em *commodities*, ou seja, deve-se a implementar um novo modelo de substituição das importações, que poderá ser produzido internamente, maioritariamente, aquilo que é importado, nesse caso o arroz e outros produtos alimentares agrícolas. Pois o país detém uma enorme base de produtos, recursos naturais e beneficia de condições climáticas, o que contribuirá para a agregação imediata de valor e muitas outras oportunidades poderão ser exploradas, gerando mais empregos. Nesse caso, será fundamental o investimento nos projectos empresariais, na inovação, competências ou *know-how* da estrutura industrial e cadeias de valor, como forma de obter uma maior autonomia na produção e na comercialização dos produtos.

Em relação ao comércio internacional entre os membros da UEMOA, pode-se constatar que a Guiné-Bissau não usufrui dos benefícios proveniente deste, uma vez que mais de 80% das suas exportações são para o mercado indiano, que se localiza fora do seu bloco económico. Senegal é o principal parceiro comercial da Guiné-Bissau nesse bloco devido a localização geográfica e por pertencerem ao mesmo bloco económico.

Embora haja uma liberalização do comércio da UEMOA, espera-se a Zona de Comércio Livre Continental Africana (*African Continental Free Trade Area (AfCFTA)*) possa impulsionar o comércio intra-africano e proporcione a Guiné-Bissau um desenvolvimento económico sustentável, uma vez que o país passará a ter acesso a outros mercados e sem as barreiras pautais.

## Bibliografia

Abel, A. H. (2016). *States of Fragility 2016: Understanding Violence*. OECD. Paris: OECD Publishing. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1787/9789264267213-en>

ACEP; CEsa. (2018, Janeiro). A propósito de fragilidades e complexidades do desenvolvimento. *Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação*(1).

AICEP. (2020, Agosto 28). *Estudo sobre o mercado guineense*. Business. Retrieved from <https://myaicep.portugalexporta.pt/mercados-internacionais/gw/guine-bissau>

Aneme. (2018). Estudo sobre a Guiné-Bissau: ENQUADRAMENTO-PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO das DAS EMPRESAS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS.

Banco Mundial. (2018). *Country Profile*. Retrieved Agosto 28, 2020, from [https://databank.worldbank.org/views/reports/reportwidget.aspx?Report\\_Name=CountryProfile&Id=b450fd57&tbar=y&dd=y&inf=n&zm=n&country=GNB](https://databank.worldbank.org/views/reports/reportwidget.aspx?Report_Name=CountryProfile&Id=b450fd57&tbar=y&dd=y&inf=n&zm=n&country=GNB)

Bappah, H. Y. (2017). *Why Peace Fails in Guinea Bissau? A Political Economy Analysis of the ECOWAS-brokered Conakry Accord*. Retrieved from <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/fes-pscc/14166.pdf>

Carvalho, A. L. (2010). *Intervenção externa no sector da segurança na Guiné-Bissau*. Universidades Lusíada, Política Internacional e Segurança. Lisboa: Lusíada. Retrieved Julho 20, 2020, from [http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1001/1/LPIS\\_n4\\_2.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1001/1/LPIS_n4_2.pdf)

CEDEAO. (1993). Tratado da CEDEAO. Retrieved from <https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2015/02/Traite-Revise.pdf?pplhfcbaaaaaaiek>

Collier, P. (2007). *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It* (1ª ed.). Oxford: Oxford University Press.

CPRC. (2010). *Fragile states, conflict and chronic poverty, No.24*. Retrieved from <https://www.files.ethz.ch/isn/127204/PB%2024.pdf>

Departamento do Desenvolvimento Internacional UK. (2005). ‘Why we need to work more effectively in fragile states’, DFID, London. Retrieved from <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08b17ed915d3cfd000b1c/CRISE-Overview-3.pdf>

DJAU, M. A. (2019). *A GUINÉ-BISSAU EM FACE DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA NA ÁFRICA OCIDENTAL*. Tese de doutoramento. Retrieved from <https://lemons.pro.br/wp-content/uploads/2019/04/TESE-MAMADU-TESE-DE-DOCTORADO-NA-UFSC.pdf>

Fernandes, S. (2020). *Comércio informal na Guiné-Bissau vai sofrer impacto imediato e pobreza pode aumentar*. Retrieved Julho 04, 2020, from Observador:

<https://observador.pt/2020/04/01/comercio-informal-na-guine-bissau-vai-sofrer-impacto-imediato-e-pobreza-pode-aumentar-diz-analista/>

FMI. (2010). *Relatório: 10/380 "Guinea-Bissau : Enhanced Initiative for Heavily Indebted Poor Countries-Completion Point Document and Multilateral Debt Relief Initiative"*. Retrieved from <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2016/12/31/Guinea-Bissau-Enhanced-Initiative-for-Heavily-Indebted-Poor-Countries-Completion-Point-24533>

FMI. (2015). *os custos da fragilidade na Guiné-Bissau: instabilidade política crónica*. FMI: Relatório 15/195, . Retrieved from <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/SCR/2015/cr15195p.pdf>

FMI. (2017, FMI, Relatório n.º 17/381, Dezembro de 2017, Disponível: ). *Relatório n.º17/381*. Washington, DC.

FMI. (2020, 08 10). Retrieved from <https://www.imf.org/en/Countries/GNB>

Helpman, E., & Krugman, P. (1985). Market Structure and Foreign Trade: Increasing Returns, Imperfect Competition and the International Economy.

Hoeffler, A. (2019). Fragility and development in Africa: An introduction. 23. doi:<https://doi.org/10.1111/rode.12616>

Krugman, P., Melitz, M., & Obstfeld, e. M. (2017). *International Economics: Theory and Policy* (11 ed.). (P. E. Limited, Ed.)

Lopes, C. (2019). *Africa in Transformation: Economic Development in the Age of Doubt* (1st ed. ed.). (P. Macmillan, Ed.)

Lopes, J. M. (2000). *Os custos logísticos do comércio exterior brasileiro*. São Paulo: Aduaneiras.

Maia, J. d. (2001). *Economia internacional e comércio exterior*. São Paulo: Atlas.

Maluf, S. N. (2000). *ADMINISTRANDO O COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL* (1 ed.). São Paulo: Aduaneiras.

Moreira, U. (2012). Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre o crescimento económico e inserção externa. doi:<https://www.scielo.br/pdf/rep/v32n2/v32n2a04.pdf>

Morreira, J. K. (2017). A Cultura di Mantchundadi na Guiné-Bissau: Género, Violências e Instabilidade Política. Retrieved from [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17067/4/phd\\_joacine\\_katar\\_moreira.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17067/4/phd_joacine_katar_moreira.pdf)

Naudé, W., McGillivray, M., & Paulino Santos, A. (2011). *Fragile States: Causes, Costs, and Responses*. London: Oxford.

OCDE. (2013). *FRAGILE STATES: Resource flows and trends in a shifting world, 2013*.

Oliveira, I. T. (2007). Livre Comércio versus Protecção: uma análise das principais teorias do comércio internacional. 11. Retrieved from

<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/1.%20ARTIGO%20-%20Livre%20Com%C3%A9rcio%20versus%20Protecionismo.pdf>

Onkvisit, S., & Shaw, J. J. (2004). *International Marketing: Strategy and Theory* (4 ed.). New York: Routledge. Retrieved from [https://www.academia.edu/36242435/International\\_marketing\\_strategy\\_and\\_theory\\_4th\\_edition](https://www.academia.edu/36242435/International_marketing_strategy_and_theory_4th_edition)

ONU News. (2019, Novembro 19). Retrieved Julho 15, 2020, from <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1694991>

Pessanha, M. V. (2015). Crise institucional, desenvolvimento econômico e instabilidade política: como a corrupção enfraquece as instituições democráticas brasileiras. Retrieved from <https://jus.com.br/artigos/37734/crise-institucional-desenvolvimento-economico-e-instabilidade-politica-como-a-corrupcao-enfraquece-as-instituicoes-democraticas-brasileiras>

Porter, M. E. (1989). *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Campus.

Putzel, J., & Di John, J. (2012). *Meeting the challenges of crisis states*. The London School of Economics and Political Science, Crisis States Research Centre report, London, UK. Retrieved 05 26, 2020, from <http://eprints.lse.ac.uk/45936/>

Relatório do Desenvolvimento Humano . (2019). *Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. PNUD, New York.

Ricardo, D. (1975). *Princípios de Política Económica e de Tributação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Romer, D. H., Mankiw, G., & Weil, D. N. (1990). *A Contribution to the Empirics of Economic Growth*. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH, Economics, Cambridge, Massachusetts . Retrieved from <http://www.nber.org/papers/w3541.pdf>

Sangreman, C. (2020, 01 02). Sissoco é o novo Presidente da Guiné-Bissau. Retrieved Julho 20, 2020, from [https://www.ulisboa.pt/sites/ulisboa.pt/files/public/sissoco\\_embalo\\_e\\_o\\_novo\\_president\\_e\\_da\\_gine-bissau.pdf](https://www.ulisboa.pt/sites/ulisboa.pt/files/public/sissoco_embalo_e_o_novo_president_e_da_gine-bissau.pdf)

Sangreman, C., Júnior, F. S., Zeveirino, G. R., & Barros, M. J. (2008). Guiné-Bissau (1994-2005). Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil. Retrieved from <https://journals.openedition.org/lusotopie/738#quotation>

Sangreman, C., Proença, F., Djau, M. A., Vaz Martins, L., Rosa Mendes, P., & Semedo, R. J. (2019). *Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro*. Lisboa: CEsA, ISEG. Retrieved from [https://www.researchgate.net/publication/337448432\\_Carlos\\_Sangreman\\_Guine-Bissau\\_notas\\_sobre\\_o\\_presente\\_e\\_o\\_futuro\\_textos\\_de](https://www.researchgate.net/publication/337448432_Carlos_Sangreman_Guine-Bissau_notas_sobre_o_presente_e_o_futuro_textos_de)

Sarquis, J. B. (2011). *Comércio internacional e crescimento econômico*. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília. Retrieved from <http://funag.gov.br/loja/download/864-com%C3%A9rcio-internacional.pdf>

Thompson, P., & O'Regan, D. (2013). *Promover a estabilidade e Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África*. Centro de Estudos Estratégicos de África. Washington, D.C.: CEEA,.

Transparency International. (2020, Julho 28). *Índice de Percepção da Corrupção*. Retrieved Agosto 28, 2020, from <https://www.transparency.org/en/cpi/2019/results/gnb>

Vernon, R. (1966). International Investment and International Trade in the Product Cycle. *The Quarterly Journal of Economics*, 80. Retrieved Julho 20, 2020, from [www.jstor.org/stable/1880689](http://www.jstor.org/stable/1880689)

World Food Programme. (2020). *WFP: Guinea-Bissau - Country Brief*. World Food Programme. Retrieved from [https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000113145/download/?\\_ga=2.203883667.2086748209.1604093139-2008815591.1604093139](https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000113145/download/?_ga=2.203883667.2086748209.1604093139-2008815591.1604093139)

#### **Fontes consultados:**

<https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau>

<https://fragilestatesindex.org/>

<https://observador.pt/>

[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/export/gnb/all/show/2018/](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/gnb/all/show/2018/)

<https://www.dw.com/pt>

[https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2016/06/CET-Factsheet\\_PO.pdf](https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2016/06/CET-Factsheet_PO.pdf)

<https://www.odemocratagb.com/>

[https://www.trademap.org/tradestat/Product\\_SelCountry\\_TS.aspx?nvpm=1%7c624%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1](https://www.trademap.org/tradestat/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c624%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1)